



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0010024-33.2022.6.05.8000
INTERESSADO : @interessados_quebra_linha_maiusculas@
ASSUNTO : Regularidade do Pregão

PARECER nº 72 / 2022 - PRE/DG/ASSESD

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS visando a eventual contratação de serviço de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimento de *tokens* homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 47/2022, documento n.º 2017920, o qual prevê que integrarão o Registro de Preços, como órgãos participantes, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais – TRE's.

2. A presente licitação é regida pela Lei n.º 10.520/2002, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG n.º 03/2018 e pelas condições constantes do Edital n.º 47/2022, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993.

3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do procedimento, conforme decisão para autorização da abertura do certame em documento n.º 2014862. Constan dos autos ainda:

a) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 2016327;

b) juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 2017928;

c) comprovantes de envio de aviso de licitação para publicação na internet (comprasnet) e no D.O.U., documentos n.ºs 2017937 e 2017952.

5. Houve pedidos de esclarecimento, devidamente respondidos, documentos n.ºs 2026913, 2027994 e 2029227. Também, foi interposta impugnação, que foi decidida pela autoridade competente, com amparo em parecer jurídico, documentos n.ºs 2032191 e 2034502.

6. Consoante ata do pregão anexada foram cumpridas as etapas do procedimento. Finda a etapa de classificação das propostas, deu-se início à etapa competitiva. O modo de disputa foi aberto e fechado. Houve tentativa de negociação. Após, foi realizada a aceitação das propostas e habilitação das licitantes melhores classificadas. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se na presente licitação que a empresa vencedora não possui impedimento de licitar.

7. Assim, sagrou-se vencedora a empresa constante do relatório encartado em documento n.º 2046087.

8. Aberto o prazo, foi interposto recurso, documento n.º 2058538. Contrarrazões foram apresentadas em documento n.º 2058550.

9. Mediante decisão em documento n.º 2059265, o pregoeiro deliberou nos seguintes termos:

(...)

Diante do exposto acima, lastreado na manifestação do setor técnico contida no (doc 2058558) entende o Pregoeiro que o recurso interposto pela empresa **CPD – Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda**, não merece acolhimento, em razão dos argumentos por ela apresentados carecerem de

comprovação, visto que estes não encontram sustentáculo na lei 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço.

Deste modo manifesto pela improcedência do recurso apresentado pela recorrente, e mantenho a habilitação da empresa vencedora, **PTLS – Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda.**

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

10. Tratando-se que questionamento de natureza eminentemente técnica, o pregoeiro consultou a unidade demandante, que se manifestou em documentos n.ºs 2058558 e 2059457, pela não aceitação dos argumentos trazidos pela recorrente *"considerando as razões e contra-razões do recurso em tela, recomendamos ao pregoeiro que não acate os fundamentos técnicos alegados no recurso, visto que todos os itens apontados como descumprimento editalício foram comprovados pela respectiva licitante."*, documento n.º 2058558, concluindo que *"A proposta enviada pelo licitante PTLS SERVIÇOS está de acordo com as especificações técnicas do edital (Anexo A)."*, documento n.º 2059457.

11. Em parecer n.º 72, a ASJUR opinou pelo não acolhimento do recurso, documento n.º 2062491, trecho em destaque:

(...)

5. Não restam dúvidas de que as questões referentes aos itens ofertados pela empresa ora declarada vencedora envolvem conceitos, definições, verificações e especificidades técnicas, cujo conhecimento não se insere, de modo comum, na área de atuação desta Assessoria Jurídica, e ainda, do Pregoeiro. Portanto, acertadamente, ouviu-se a área técnica, de modo a subsidiar a decisão desta Administração, quanto ao Recurso em pauta.

5.1. Nesse contexto, julgamos que a unidade técnica/demandante desincumbiu-se adequadamente da tarefa, tendo evidenciado, nos termos consignados nos docs. n.ºs 2058558 e 2059457, a conformidade da proposta ofertada pela PTLS SERVIÇOS, sem que, neste ponto, possamos fazer qualquer oposição.

5.2. No que tange a eventual ausência de informações na planilha (referido pela Recorrente como *"linhas da planilha em branco"*), se assim ocorreu, é fato que caberia diligenciar à ofertante da proposta mais vantajosa, para regularmente se complementar as informações, haja vista ser aconselhável, como regra, a adoção de formalismo moderado no julgamento dos certames. Não raro o TCU se posiciona neste sentido, como podemos ver, por exemplo, no Acórdão n.º 1211/2021 - Plenário, no qual se indica:

“admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)”

6. Ante o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa CPD – CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora no Pregão n.º 47/2022 a empresa PTLS - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA.

12. Após, retornaram os autos para análise do procedimento pela ASSESD.

13. Assim sendo, considerando as atribuições do art. 74, XVIII, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto à decisão pelo não acolhimento do recurso apresentado, adjudicação e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato

contínuo, proceder à convocação da empresa vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, arts. 13, IV, V, VI e VII, 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/13, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor e Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documentos n.ºs 2059650, 2046087 e 2045915.

13. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

14. Frise-se que a futura contratada deverá manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/90).

À consideração superior.

Ana Flávia Cerqueira Machado

Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DE QUEIROZ DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 23/08/2022, às 16:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 23/08/2022, às 16:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2062491** e o código CRC **D4FBCBFB**.